

## COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA DA SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS: PROMOVENDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Jaqueline Ribeiro Dias<sup>1</sup>

Crisóstomo Lima do Nascimento<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como propósito trazer uma reflexão a respeito de como tem sido a abordagem da sexualidade no Ensino de Ciências, já que é um tema transversal que ultrapassa a mera abordagem de um viés biológico. O estudo baseia-se nos direcionamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) voltados para o ensino fundamental, em que se destacavam a importância das discussões de sexualidade priorizando o respeito ao próximo. Apesar dos PCNs indicarem a sexualidade como tema transversal para a Educação Básica, a atualização de um documento normativo obrigatório para todos os níveis da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) remonta retrocessos sobre a discussão da sexualidade no âmbito da educação. Utilizou-se como procedimento metodológico um estudo qualitativo com pesquisa bibliográfica, análise documental baseado em referenciais teóricos elaborados por autores como Judith Butler com problemas de gênero, Slavoj Žižek com violência, Paulo Freire com educação como prática da liberdade e Sandra Harding com ciência y feminismo. Entende-se a urgência de se refletir e buscar alternativas para ressignificar as aprendizagens ditas como essenciais pela BNCC, tornando-se possível ultrapassar pensamentos conservadores e hegemônicos que excluem e marginalizam sujeitos. Este estudo propiciará a reflexão de que a educação precisa assumir um caráter crítico e emancipatório, devendo ser uma prática que liberta. E que a abordagem sobre a sexualidade demanda uma complexidade do conhecimento, com um viés humanizado, que pode potencializar o Ensino de Ciências, contribuindo para construção das subjetividades e identidades dos alunos.

**Palavras-chave:** Sexualidade, Inclusão, Ensino de Ciências.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo busca contribuir para reflexões acerca de como tem sido a abordagem da sexualidade no Ensino de Ciências. O interesse de investigação do estudo insere-se em uma discussão sobre a forma como geralmente é trabalhado a sexualidade no currículo escolar no ensino fundamental. Contemporaneamente, nas aulas de ciências o corpo humano é estudado baseando-se em conceitos biológicos e fisiológicos, sem considerar aspectos psicológicos, sociais, culturais e políticos.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Pós Graduação da Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF, jaquelineriibeirodias@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, Professor do PPG em Cognição e Linguagem da UENF, crisostomoln@gmail.com

A sexualidade é um assunto complexo e difícil de ser discutido na sociedade patriarcal. A compreensão da sexualidade humana tem sido, ao longo dos anos, motivo de reflexão e debate. O tema já foi, ao longo da história, em diversos contextos, motivo de deturpações e coibições, gerando tabus, e sendo muitas vezes sintetizado a genitalidade ou como um sistema de reprodução.

Conforma descrito por Sigmund Scholomo Freud, neurologista e psiquiatra, “na concepção popular do instinto sexual, ele está ausente na infância e desperta somente no período da vida que designamos como puberdade” (Freud, 1996, p. 73). Segundo Freud, a sexualidade possui um amplo significado, que vai muito além do ato sexual. Para o autor, a sexualidade está presente e atuante na vida do ser humano, sendo uma “força pulsional” que se manifesta de diferentes formas ao longo da vida, desde a infância, podendo ser percebida até mesmo nos recém-nascidos.

A sexualidade pode ser assimilada como intrínseca à condição humana, da sua constituição, levando em consideração a subjetividade de cada indivíduo, sendo compreendida em sua pluralidade nos diversos momentos históricos da sociedade. A sexualidade humana possui dimensões múltiplas, sendo parte essencial, e que desempenha um papel primordial no desenvolvimento da identidade e no prazer dos sujeitos.

Referindo-se ao ambiente escolar, compete a escola discorrer sobre a sexualidade levando em consideração os diversos pontos de vista, valores e crenças que existem na sociedade, problematizando, questionando e ampliando as informações, contribuindo desse modo para a construção do conhecimento por parte do aluno. No entanto, a sexualidade constantemente é discutida de forma fragmentada no ambiente educacional, ocasionando prejuízos na concepção do conhecimento reforçando estereótipos e preconceitos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1997) voltados para o Ensino Fundamental, as discussões a respeito da sexualidade deveriam privilegiar a importância do respeito ao próximo.

O termo sexualidade, enquanto tema transversal, está relacionada a uma concepção construída ao longo da vida e que é marcada pela história, cultura, ciência, afetos e sentimentos, sendo, portanto, uma expressão particular de cada sujeito (Brasil, 1997).

A abordagem temática da sexualidade em sala de aula geralmente não acontece na maioria das disciplinas curriculares, recaindo aos professores do Ensino de Ciências trabalhar

com o tema. Estes não possuem uma formação acadêmica que permita discutir o tema amplamente com os alunos, fazendo com que o debate se torne restrito ao aspecto biológico.

Levando em consideração a abordagem da sexualidade no Ensino de Ciências, é perceptível um foco no conhecimento do corpo humano, no sistema reprodutivo, e em infecções sexualmente transmissíveis (Figueiró, 2006). No entanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), relacionados às Ciências Naturais, defendem que a concepção da sexualidade, no Ensino de Ciências, deveria ocorrer visando debater a pluralidade de formas de ser e agir nos diferentes cenários sociais, ponderando “assuntos como a construção da identidade sexual, o prazer, e demais aspectos discutidos, considerando componentes biológicos e culturais” (p.66).

O Ensino de Ciências, enquanto, uma disciplina que pesquisa e explora a natureza e o desenvolvimento do mundo, poderá exercer um papel primordial na promoção de uma educação sexual inclusiva.

É imprescindível evidenciar que, no decorrer da adolescência, os adolescentes passam por importantes mudanças hormonais que atuam desempenhando um papel crucial em sua sexualidade. As oscilações hormonais afetam não apenas o desenvolvimento físico, como o amadurecimento dos órgãos sexuais secundários, mas também impactam na regulação do desejo sexual, nas emoções e no estabelecimento de relações interpessoais.

Os hormônios sexuais nas meninas, por exemplo, como o estrogênio e a progesterona, exercem um papel significativo regulando o ciclo menstrual, atuando no desenvolvimento das características sexuais secundárias, como também no estímulo do desejo sexual. Essas modificações hormonais tem o potencial de gerar curiosidade e dúvidas nos adolescentes sobre sua sexualidade, fazendo com que a discussão da sexualidade no contexto escolar se torne ainda mais relevante nessa fase da vida.

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicarem a sexualidade como tema transversal para a Educação Básica, a atualização de um documento normativo obrigatório que orienta todos os níveis da Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-Brasil, 2018) remete a decadência as discussões à respeito da sexualidade no âmbito escolar.

Entre os temas transversais determinados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estão: direitos da criança e do adolescente; educação para o trânsito; educação ambiental; educação alimentar e nutricional; processo de envelhecimento; respeito e valorização do idoso; educação em direitos humanos; educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira; entre outros.

Na Base Comum Curricular (BNCC), esses temas deverão ser contemplados em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos docentes, de acordo com suas especificidades, trabalhá-las de forma contextualizada (Brasil, 2018).

Analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode-se verificar que não há menção aos termos gênero ou sexualidade, comprometendo com isso a abordagem de um tema consideravelmente essencial no desenvolvimento e na vida psíquica dos indivíduos. Percebe-se também que o documento normativo possui interesses ideológicos.

A inclusão temática da sexualidade no ambiente escolar potencializa a contribuição para o conhecimento e cuidados com o corpo, da saúde reprodutiva, conhecendo os direitos sexuais e reprodutivos, orientando quanto a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, conscientizando em relação ao consentimento do toque em seu corpo, prevenindo problemas graves como abuso e violência sexual, e até mesmo uma gravidez indesejada e não planejada. Além disso, a educação sexual fomenta o respeito às diferentes orientações sexuais e à diversidade de gênero.

Entende-se a urgência de se refletir e buscar alternativas para ressignificar as aprendizagens direcionadas como primordiais pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tornando-se possível transpor pensamentos conservadores e hegemônicos que excluem e marginalizam sujeitos.

## **METODOLOGIA**

Adotou-se como processo metodológico um estudo qualitativo com pesquisa bibliográfica e análise documental acerca da sexualidade no ambiente escolar. Realizou-se uma revisão de documentos educacionais, revisão bibliográfica a partir de uma investigação aprofundada à respeito das discussões dos autores que serviram de referencial teórico como Judith Butler refletindo sobre problemas de gênero, Slavoj Žižek refletindo sobre violência, Paulo Freire com educação como prática da liberdade e Sandra Harding com ciência y feminismo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A escola é responsável pela fomentação do conhecimento, promovendo discussões à respeito de uma gama de temas, permitindo aos alunos esclarecerem suas dúvidas, contribuindo para a construção do conhecimento e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Conforme exposto por Morin (2003), “o retalhamento das disciplinas torna impossível aprender o que é “tecido junto”, isto é, o complexo (p. 14).” De acordo com o autor, devido a fragmentação do ensino não há uma conexão, uma integração entre as disciplinas, fazendo com que os saberes se tornem compartimentados, sejam construídos isolados, sem que haja uma interdisciplinaridade, impedindo, com isso, que os saberes construídos possam abarcar um conhecimento amplo, global, contextualizado.

Para Morin (2003), o grande desafio para o nosso sistema educacional é educar para além da era planetária, perpassando o dualismo cartesiano, visando encontrar convergências nas divergências, relacionando os conhecimentos separados pelas disciplinas, tornando os alunos capazes de conceber a complexidade.

“Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes” (Morin, 2003, p. 14).

Contemporaneamente, tem se tornado cada vez mais difícil educar para além era planetária, já que diversos fatores interagem, como os políticos, religiosos, econômicos, entre outros, refletindo na era planetária, podendo agravar ainda mais a separação entre os conteúdos.

Mediante o exposto, verifica-se que é imprescindível que a abordagem temática da sexualidade abarque aspectos sociais, políticos, psicológicos e biológicos, para que a construção do conhecimento à respeito do tema aconteça de forma complexa, proporcionando um conhecimento amplo sobre o assunto.

Para o filósofo e educador Paulo Freire (1967), a educação precisa assumir um caráter crítico-emancipatório, devendo ser uma prática que liberta, uma prática dialógica e carregada de sentidos e intencionalidades. O foco da educação deve ser a formação integral do alunos, permitindo que haja o conhecimento dos seus direitos e deveres, promovendo uma formação crítica e consciente, ocasionando o desenvolvimento de competências e habilidades, em que aluno seja o ator principal da construção do seu conhecimento, participando significativamente do processo de ensino-aprendizagem.

Conforme a análise da filósofa Judith Pamela Butler em “Problemas de Gênero”, “[...] se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (Butler, 2008, p. 22). De acordo com a afirmativa da autora, o termo sexo em sua essência pode ser questionado, considerando que a sua construção poderá ocorrer em consequência das inúmeras manifestações culturais e sociais.

Corroborando a ideia da construção social do sexo e gênero, Sandra Harding diz que “praticamente em todas as culturas as diferenças de gênero constituem uma forma clara para que os seres humanos se identifiquem como pessoas, para organizar as relações sociais” (2016, p.17). Os diferentes gêneros construídos socialmente, de uma certa forma servem para nortear como os indivíduos se identificam, como se reconhecem, de acordo com sua cultura, desempenhando papéis na sociedade, construindo suas relações sociais.

Uma visão apresentada por Guacira Lopes Louro é a ideia de que é necessário “desconstruir e pluralizar os gêneros”, em virtude do contínuo pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, onde normalmente homem e mulher estão em polos opostos, e que se relacionam em uma lógica de dominação-submissão.

“Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras)” (Louro, 1997, p. 12).

A desconstrução dos gêneros proposta pela autora permite concluir que a oposição binária é algo que não é inerente ao sujeito, são conceitos construídos socialmente.

Segundo a perspectiva de Freire (2021), a escola apresenta um caráter político e histórico, possuindo um papel crucial na promoção do respeito ao próximo, sendo a abordagem da sexualidade elemento fundamental do respeito ao ser humano.

“Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade. A existência humana não tem o ponto determinante de sua caminhada fixado na espécie. Ao inventar a existência, com os “materiais” que a vida lhes ofereceu, os homens e as mulheres inventaram ou descobriram a possibilidade que implica necessariamente a liberdade que não receberam, mas que tiveram de criar na briga por ela” (FREIRE, 2001, p. 34).

Nesta perspectiva, o filósofo Slavoj Zizek, em sua obra “Violência” (2009), aborda e distingue diversas formas de violência, caracterizando a violência objetiva como mais nociva, apresentando as formas simbólica e sistêmica. Para Zizek a violência simbólica está “encarnada na linguagem e nas suas formas” (Zizek, 2009, p. 9).

“[...] essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência

que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo violência “sistêmica”, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político” (Zizek, 2009 p. 9).

A violência simbólica pode ser percebida quando uma classe dominante impõe às classes dominadas sua cultura, seus costumes, portanto evidencia uma dominação cultural hegemônica. É um tipo de violência geralmente invisível, onde as classes dominadas não manifestam oposição a classe dominadora, gerando uma opressão aos mais vulneráveis, que acabam se tornando cada vez mais marginalizados.

Zizek (2009) ao abordar o fenômeno da violência menciona a sexualidade no mundo atonal, onde cita a médica Carol Queen, “vivemos numa sociedade em que a expressão da sexualidade sempre foi legislada e limitada, ao mesmo tempo que a busca do prazer puro é frequentemente condenada como egoísta e pueril.” (2009, p.33).

A escola deve propiciar um ambiente acolhedor e inclusivo, promovendo o respeito as diversas orientações sexuais e identidades de gênero, onde todos possam coabitar de modo respeitoso.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O ambiente escolar retrata e representa os princípios e as normas sociais da sociedade em que faz parte.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o tema sexualidade se apresenta fragmentado, considerando apenas o viés biológico, não contemplando todos os aspectos envolvidos na temática. Mediante a isso, torna-se indispensável uma abordagem que perpassa as competências e habilidades descritas na Base Nacional Comum Curricular, que vise a formação completa do aluno.

É imprescindível que a abordagem da sexualidade em sala de aula possua conceitos científicos, mas que também apresente um viés humanizado, potencializando o Ensino de Ciências, respeitando a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, contribuindo para construção das subjetividades e identidades dos alunos.

Um dos fatores que influenciam na promoção de uma educação sexual inclusiva é o fato dos professores no Ensino de ciências não possuírem uma formação acadêmica adequada para abordar o tema sexualidade, não levando em consideração os aspectos sociais, psicológicos, culturais e políticos.

A formação de professores apresentada pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) é extremamente específica, não mencionando quais deveriam ser as necessidades educacionais para estes profissionais, apenas que a formação docente deve ser realizada de forma alinhada com outras políticas e ações educacionais.

“[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (Brasil, 2018, p.8).

Gatti (2003, p. 1375) afirma que “é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação” (2003, p.1375). As ementas e os documentos que se referem a essa mudança já existem, porém não são implementadas no sentido de uma formação contínua, mas de maneira fragmentada. Essa fragmentação faz com que temas como a sexualidade não sejam discutidas na formação inicial e continuada, consequentemente muitos professores não sabem como trabalhar essa temática.

Para Lima, Oliveira e Justina (2019) a sexualidade é mencionada na Base Nacional Comum Curricular de modo generalista nos anos finais do Ensino Fundamental em razão da faixa etária ser correspondente ao momento de intensas mudanças pessoais, biológicas e sociais. De acordo com os autores supramencionados “[...] o referido tema ao gerar polêmica nas escolas e na sociedade, pode não ser apresentado e discutido no ambiente escolar, por mais que seja considerado um tema contemporâneo socialmente” (Lima; Oliveira; Justina, 2019, p.4).

Para uma abordagem que considere todos os aspectos da sexualidade, que contemple os âmbitos social, psicológico, político e biológico, ou seja, uma abordagem ampla, abrangendo a complexidade apresentada pelo tema, é necessário que os professores do Ensino de Ciências tenham uma formação inicial ou continuada adequada para que possam discutir a temática em sala visando atender as necessidades educacionais, ponderando com as mudanças ocorridas na adolescência, as dúvidas e inseguranças apresentadas pelos adolescentes nessa fase da vida, que estimule o conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, como também os cuidados com o corpo, respeitando as diferenças, fomentando uma formação humanizada para a vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo apontou a extrema relevância de uma educação sexual inclusiva em sala de aula, pois trata-se de um aspecto fundamental para o desenvolvimento integral dos indivíduos. A inclusão da educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) estabelece uma

base sólida para que os estudantes possam entender e vivenciar sua sexualidade de maneira ampla e informada, considerando as diversidades.

Consideramos ser necessário entender que é preciso romper com o ciclo dos discursos e práticas hegemônicas, que perpetuam preconceitos e estereótipos, marginalizando e excluindo sujeitos, trazendo inúmeras consequências para sua saúde do seu corporal e psíquica, interferindo nas suas relações sociais.

Os adolescentes são seres que possuem múltiplas possibilidades de escolhas e devem ter o direito de conhecer seus corpos e decidir conscientemente sobre o que irão fazer com eles, para que possam usufruir de uma vida sexual consciente.

A educação sexual é crucial para o pleno desenvolvimento intelectual e humano dos adolescentes. Assegurando o conhecimento sobre o seu corpo, orientando na prevenção do abuso sexual, gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis, entre outros aspectos. O papel do professor, como facilitador do conhecimento, é primordial no processo ensino-aprendizado, esclarecendo dúvidas, mediando debates em sala de aula, auxiliando na construção do conhecimento, possibilitando que os alunos reflitam e debatam sobre o assunto, pensando na promoção da autonomia dos mesmos e desmistificando os tabus remanescentes na sociedade.

É imprescindível a formação acadêmica do professor, enquanto facilitador na formação de opiniões no ambiente educacional e social. Portanto, não é viável abordar o assunto sem uma formação acadêmica adequada, para tanto o professor do Ensino de Ciências necessita de um aperfeiçoamento para trabalhar com o tema em sala de aula.

Concluimos então, que este estudo propiciou a reflexão sobre a importância da educação sexual no ambiente escolar, na promoção de uma educação inclusiva e respeitosa, da complexidade que envolve a temática, necessitando, portanto, ser abordada em seus diversos aspectos. Enquanto a abordagem do tema, é significativo a formação adequada do professor do Ensino de Ciências, para que a sexualidade seja contemplada em todos os âmbitos.

Acreditamos que, a educação sexual nas escolas proporcionará uma nova cultura, o esclarecimento sobre a sexualidade, e uma nova forma de se relacionar consigo e com os outros.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. p 126.**



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Infantil e Ensino Fundamental**: versão final. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 192 p.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 57-70, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. 5 ed. Madrid: Ediciones Morata, 1996. Traducción Paulo Manzano.

LIMA, W.S.de; OLIVEIRA, L.de; JUSTINA, L.A.D. A formação de professores e a sexualidade na BNCC. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC. **ANAIS**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN – 25 a 28 de junho de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997. p. 14-36.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: Repensar a reforma reformar o pensamento**. 8.ed.Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro, RJ, 2003.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.